

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Rua Nelcy Lopes Vieira, s/nº – Jardim Limoeiro – Serra – ES, CEP 29.164-018

Fax: (27) 2127-5406 – Tel: (27) 2127-5505/2127-5409

e-mail: suprimentos@cesan.com.br

www.cesan.com.br

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO, doravante denominada CESAN, realizará a licitação, na modalidade "Pregão Presencial", para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**, conforme **Processo nº 915-2009-01428**, de 27/01/2010, devidamente aprovado pela sua Diretoria. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Resolução nº 5017/2009, de 04/06/2009, e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pelo Decreto nº 1527-R, de 30/08/2005, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 2060-R, de 20/05/2008 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Data da realização: **09/04/2010**

1.2 Credenciamento: **Das 08:30 até 09:00 horas.**

1.3 Abertura da sessão: **às 09:00 horas.**

1.4 Local: O Pregão Presencial será realizado, em sessão pública, na Sala de reuniões da I-GEP, situada no Centro Administrativo e Operacional da CESAN, Rua Nelcy Lopes Vieira, s/nº - Jardim Limoeiro – Serra – ES.

1.5 Formalização de consultas: (informando o nº do Pregão), através do e-mail: suprimentos@cesan.com.br, ou pelo Tel. (27) 2127-5081 (Pregoeiro Jamil Guilherme do Nascimento Junior).

2. OBJETO

2.1 O presente Edital Nº 004/2010 - PREGÃO PRESENCIAL - **CESAN**, suas especificações, instruções e anexos fornecem os elementos indispensáveis à apresentação de propostas para o **FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**, conforme lote devidamente relacionado no ANEXO I, do presente Edital.

2.2 A proponente deverá indicar em sua proposta a marca do bem ofertado, bem como o modelo, quando houver.

3. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

3.1 Os materiais deverão ser entregues posto CIF, com carga e descarga por conta do transportador, nos endereços e unidades da **CESAN**, relacionados abaixo:

• **Avenida Guarapari, nº 444, Bairro Jardim Limoeiro – Serra – ES - CEP 29.164-120.**

a) GERÊNCIA DE LOGÍSTICA (A-GLG) – Ed. Rio Castelo – Telefone: (27) 2127-5428

b) GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS (A-GRH) – Ed. Rio Jacarandá – Telefone: (27) 2127-5250.

c) GERÊNCIA COMERCIAL (R-GCO) – Rio Castelo – Telefone: (27) 2127-5412.

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	1
--------------	--	---

Original devidamente assinado pela autoridade competente

- d) GERÊNCIA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA (O-GPA) – Rio Jucú – Telefone: (27) 2127-5491.
- e) GERÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (O-GDA) – Rio Jucú – Telefone: (27) 2127-5605.
- f) GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE SERVIÇOS (O-GES) – Rio Jucú – Telefone: (27) 2127-5507.
- g) GERÊNCIA OPERACIONAL NORTE (I-GON) – Rio Cricaré – Telefone: (27) 2127-5585.
- h) GERÊNCIA OPERACIONAL SUL (I-GOS) – Rio Cricaré – Telefone: (27) 2127-5590.
- i) GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE SERVIÇOS DO INTERIOR (I-GES) – Rio Cricaré – Telefone: (27) 2127-5568.
- j) GERÊNCIA DE EXPANSÃO (I-GEP) – Rio Cricaré – Telefone: (27) 2127-5435.

- **Rua Primeira Avenida, nº 160, Bairro Parque Residencial Laranjeiras – Serra – ES – CEP: 29165-155 (Atendimento Laranjeiras).**

- a) GERÊNCIA DE RELAÇÕES COM O CLIENTE (R-GRC) – Telefone: (27) 2127-5367.

- **Avenida Gelu Vervloet dos Santos, nº 395, Bairro Aeroporto – Vitória – ES.**

- a) GERÊNCIA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO (O-GCT) – Telefone: (27) 2127-6751.

- **Avenida Leitão da Silva, nº 1375, Ed. Rui Barbosa, Bairro Santa Lúcia – Vitória – ES – CEP 29-055-280.**

- a) GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (R-GTI) – Telefone: (27) 2127-6404.

- **Avenida Francisco Guimarães, S/N, Bairro Ipeça (Cobi de Cima) – Vila Velha – ES.**

- a) GERÊNCIA DE GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE (A-GGQ) – Telefone: (27) 2127-6862.

- **Avenida Governador Bley, nº 186, 2º andar, Bairro Centro – Vitória – ES – CEP 29010-150.**

- a) AUDITORIA (P-AUD) – Telefone: (27) 2127-5054.

- b) GERÊNCIA FINANCEIRA E CONTÁBIL (R-GFC) – Telefone: 2127-5090.

- **Avenida Governador Bley, nº 186, 3º andar, Bairro Centro – Vitória – ES – CEP 29010-150.**

- a) DIRETORIAS E ASSESSORIAS (PR, DAM, DOI, DOM, DRC, R-ARC, A-AAM, O-AOM, I-AOI, P-ACR, P-GAB) – Telefone: (27) 2127-5006/2127-5020.

- b) COORDENADORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS (P-CAJ) – Telefone: (27) 2127-5030.

- c) COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (P-CPE) – Telefone: (27) 2127-5046.

- d) COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (P-CRI) – Telefone: (27) 2127-5040.

- e) COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL (P-CCE) – Telefone: (27) 2127-5071.

- f) GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE (A-GMA) – Telefone: (27) 2127-5064.

4. FONTE DE RECURSOS

- 4.1 Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultante deste Edital de Pregão Presencial provêm de receita própria da **CESAN**.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

- 5.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

- 5.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	2
--------------	--	---

Original devidamente assinado pela autoridade competente

em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a **CESAN**;
- c) sejam declarados inidôneas para licitar ou contratar com a **CESAN**;
- d) entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que seja empregado ou dirigente da **CESAN**;
- e) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- f) hipóteses do art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- g) cujos sócios ou diretores pertençam simultaneamente a mais de uma empresa.

6. ENTREGA DOS ENVELOPES

- 6.1 A Sessão Pública de Recebimento dos Envelopes “A” (Proposta Comercial de Preços) e “B” (Documentação de Habilitação), será realizada às 14:00 horas do dia 18 de Agosto de 2009, à Rua Nelcy Lopes Lopes Vieira, s/nº - Jardim Limoeiro – Serra – ES.
- 6.2 Os Envelopes “A” e “B” deverão ser entregues, conjuntamente, ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, no endereço, dia e hora indicados no item anterior e deverão conter:
Envelope A – Proposta Comercial
Envelope B – Documentos de Habilitação
- 6.3 Os envelopes deverão ser entregues fechados, inviolados, e conter os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

À
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2010
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA,
DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN
EMPRESA:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
ENVELOPE A ou B (PROPOSTA COMERCIAL ou HABILITAÇÃO)

- 6.4 A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN não receberá envelopes de Proposta Comercial e Documentos de Habilitação que não sejam entregues ao Pregoeiro designado no local, data e horário definidos neste Edital não se admitindo remessa via postal.

7. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTOS

7.1 CREDENCIAMENTO

- 7.1.1 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o licitante que desejar credenciar representante, deverá se apresentar para o credenciamento, junto ao Pregoeiro no horário previsto neste Edital, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 7.1.2 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, conforme modelo **ANEXO IX**, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	3
--------------	--	---

Original devidamente assinado pela autoridade competente

- 7.1.3 A procuração deverá ser entregue ao Pregoeiro separadamente dos Envelopes “A” e “B”.
- 7.1.4 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentado cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual devidamente registrado, nos quais sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 7.1.5 Para o credenciamento de sócio-gerente, administrador eleito ou proprietário basta a apresentação de cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual devidamente registrado.
- 7.1.6 Para efeitos da Lei Complementar 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a **DECLARAÇÃO** constante do **ANEXO VIII**, em mãos, junto ao credenciamento.
- 7.1.7 A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- 7.1.8 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime Falsidade Ideológica de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei 8.666/93.
- 7.1.9 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.
- 7.1.10 A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará em renúncia à prática dos atos cometidos durante sua ausência.

7.2 RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 7.2.1 Encerrado o prazo previsto para o credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novas empresas, dando início ao recebimento do Envelope “A” - Proposta Comercial, Envelope “B” - Documentos de Habilitação e da **DECLARAÇÃO** de que preenche os requisitos habilitatórios (**ANEXO VII**), que deverá ser entregue separadamente.
- 7.2.2 Não serão recebidas propostas feitas por e-mail, fax, remessa postal, telegrama ou qualquer outro meio de teletransmissão.
- 7.2.3 Uma vez iniciada a abertura do envelope Proposta Comercial, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste PREGÃO, ressalvadas apenas aquela avaliadas e expressamente autorizadas pelo Pregoeiro, destinadas a sanar evidentes erros materiais.

7.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	4
--------------	--	---

Original devidamente assinado pela autoridade competente

- 7.3.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.3.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123/06, deverão também se declarar como tais na sua proposta de preço. Não o fazendo, e descumprindo o disposto nos itens 7.1.7 e 7.1.8, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios de preferência da lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame.
- 7.3.3 O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 7.3.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 7.3.5 No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes, observando o disposto no subitem 7.4.2.
- 7.3.6 A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 7.3.7 Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 LANCES VERBAIS

- 7.4.1 Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.
- 7.4.1.1 Durante a fase de lances será facultado ao Pregoeiro estabelecer o valor mínimo a menor admissível para o lance superveniente, visando a celeridade do pregão.
- 7.4.1.2 Antes do início da etapa de lances haverá, a critério do Pregoeiro, acordo de tempo para utilização de aparelho celular. Iniciada a etapa de lances os aparelhos deverão ser desligados.
- 7.4.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 7.4.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 7.4.3.1 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.4.4 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

- 7.4.5 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.4.6 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.4.7 Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresas de pequeno porte.
O empate mencionado acima será verificado na situação em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, ocasião na qual proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar, nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será considerada primeira classificada quanto ao objeto deste Pregão, passando-se à fase de negociação e análise dos documentos de habilitação da licitante.
 - b) Se por motivo justificado, não for possível a aplicação da regra contida no parágrafo anterior, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiada para gozar de seu benefício.
 - c) Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem letra a acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 7.4.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - d) No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.4.8 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - e) Na hipótese da não contratação, nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.4.8 Concluída a fase de lances verbais e definida a licitante de menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope “B” “Documentação de Habilitação” da licitante que apresentou o menor preço, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.
- 7.4.9 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentação de Habilitação”, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidade será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão; exceção apenas às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme subitem 7.4.13 deste edital.
- 7.4.10 As microempresas e empresas de pequeno porte, para fins de formalização do contrato, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.4.11 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.4.11.1 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.4.11.2 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.4.11.3 A **CESAN** não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.4.12 Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2(dois) dias úteis, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da CESAN, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

Observações:

1. A não regularização da documentação, no prazo previsto nesta Condição, implicará desclassificação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

2. Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, o licitante poderá apresentar à CESAN outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, bem como a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória. Neste caso o licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar certidão comprobatória de regularidade fiscal, prazo este que poderá ser prorrogado única e exclusivamente por motivo relacionado à impossibilidade do órgão responsável em emitir a certidão, o que deve ser comprovado pelo licitante.

3. Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados, não serão aceitos quaisquer protocolos, exceto na situação apresentada no subitem 2 das OBSERVAÇÕES acima.

7.4.13 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o **CONTRATO** no prazo e condições definidos neste Edital.

7.4.14 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o **CONTRATO** ou não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no art. 7 da Lei nº 10.520/2002. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo como meta o preço da menor oferta obtida no pregão ou o valor orçado pela **CESAN**, o que for menor.

7.4.14.1 Para esse efeito, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	7
--------------	--	---

Original devidamente assinado pela autoridade competente

- 7.4.14.2 Essa nova sessão será realizada em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, contado da divulgação do aviso ou da intimação dos licitantes participantes.
- 7.4.14.3 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, divulgação no endereço eletrônico www.cesan.com.br Link Licitações ou intimação por carta, e-mail, fax, ou outro meio devidamente comprovado no processo.
- 7.4.14.4 Na sessão, respeitada a ordem de desclassificação, observar-se-ão as disposições dos subitens anteriores deste Edital.
- 7.4.14.5 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta do lance de menor preço por lote.
- 7.4.15 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 7.4.16 Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 7.4.17 Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação a respeito deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 7.4.18 Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e, **opcionalmente**, pelos representantes legais das licitantes presentes, ao final da sessão deste Pregão.
- 7.4.19 Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes "Documentação", não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.4.20 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação, observado o disposto nos subitens 7.4.12.1 a 7.4.12.3 supra.
- 7.4.20.1 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 7.4.21 A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:
- a) Se não houver manifestação de qualquer licitante de sua intenção de interpor recurso, devidamente motivada e registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão; ou
- b) Após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.
- 7.4.22 A abertura dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" será realizada sempre em sessão pública, devendo o Pregoeiro elaborar ata circunstanciada

da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, pelas licitantes presentes e pelos membros da equipe de apoio que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação.

- 7.4.23 Da ata relativa a este Pregão constarão os registros dos representantes credenciados das licitantes, das propostas escritas e dos lances verbais apresentados, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, da manifestação de licitante de interpor recurso, sem prejuízo de outros fatos porventura ocorridos.

7.5 DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.5.1 No final da sessão, após declarado o vencedor, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que sendo aceita pelo Pregoeiro será levada a termo na ata, abrindo-se então prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 7.5.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 7.5.3 Interposto recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 7.5.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 7.5.5 O recurso terá efeito suspensivo e o acolhimento importará invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.5.6 A adjudicação será feita considerando o preço global da menor proposta da licitante vencedora.

8. IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 8.1 **Até dois dias úteis antes** da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- a) Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
 - b) Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação do ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.
 - c) Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 8.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante até 30 (trinta) minutos após o sistema informar o arrematante do lote importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 8.3 Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada

a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

- 8.4 O **acolhimento** de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DA FASE LICITATÓRIA

- 9.1 Aos licitantes que, convocados dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o **CONTRATO**, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficarão impedidos de licitar e de contratar com a **CESAN** pelo prazo de até **cinco anos**, podendo ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à **CESAN**:

- a) Advertência.
 - b) Relativamente à aplicação de multas, os percentuais a serem aplicados serão os seguintes:
 - b.1) Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal correspondente, por dia de atraso na entrega dos serviços/materiais objeto deste **CONTRATO**, a qual deverá ser descontada da primeira nota fiscal/fatura, até a totalidade da multa ou cobrada judicialmente, conforme o caso. Após o prazo de 05 (cinco) dias de atraso, sem motivo justificado, o instrumento contratual poderá, a critério da **CESAN**, ser rescindido e aplicadas, cumulativamente as sanções previstas na Lei 8.666/93.
 - b.2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas neste **CONTRATO**, a qual deverá ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso.
 - b.3) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do instrumento contratual, pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, por problemas técnicos, até o limite de 10 (dez) dias.
 - b.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do instrumento contratual, pelo descumprimento das demais cláusulas do mesmo, a ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso, exceto aquelas cujas sanções são as já estabelecidas, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal que couber.
 - b.5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da **CONTRATADA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da **CESAN**.
 - c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a **CESAN**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **CESAN**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CESAN, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CESAN** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior.
- 9.2 No caso de aplicação de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, caberá apresentação de defesa prévia e de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

- 9.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos bens advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pela **CESAN**.
- 9.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

- 10.1 Após a homologação do resultado da licitação pela **CESAN**, a adjudicação do **FORNECIMENTO** relativo ao objeto deste Edital de Pregão Presencial se efetivará através de **CONTRATO** a ser firmado com a firma vencedora, de acordo com a minuta constante do ANEXO III, que define os direitos e obrigações da **CESAN** e da **CONTRATADA** e do qual fazem parte o presente Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.
- 10.2 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o **CONTRATO**. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela **CESAN**.
- 10.3 Deverá ainda estar em dia com a Fazenda do Estado do Espírito Santo, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social – CND do INSS.
- 10.4 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o **CONTRATO** dentro do prazo estabelecido sujeitará ainda, o concorrente, à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
- 10.5 A assinatura do **CONTRATO** estará condicionada à comprovação da regularidade da situação do licitante vencedor.

11. DO PAGAMENTO E PREENCHIMENTO DA NOTA FISCAL

- 11.1 O pagamento do material fornecido será efetuado preferencialmente em um dos seguintes bancos: Caixa Econômica Federal, BANESTES, Banco do Brasil ou Banco Real de Vitória/Capital, mediante a apresentação, à **CESAN**, de notas fiscais em 02 (duas) vias, sem emendas ou rasuras, acompanhadas dos respectivos Certificados de Testes de ensaio, quando couber, bem como do comprovante de recebimento, por parte da **CESAN** ou da Fiscalização, no local previamente indicado. As notas fiscais deverão observar os preços da proposta aceita expressos em reais e, após conferidas e visadas, serão encaminhadas para processamento e posterior pagamento em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento e aceitação dos materiais em sua totalidade na **CESAN**.

OBS: Caso o material não seja entregue em sua totalidade a Nota Fiscal ficará retida aguardando a complementação.

- 11.2 Na nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá fazer constar o número do **CONTRATO** e/ou **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, do Edital, bem como marca e o tipo do material que está sendo fornecido, além das especificações completas. Caso não haja as informações descritas anteriormente a **CESAN** poderá não efetuar o recebimento dos materiais. CNPJ e Inscrição Estadual para faturamento: 28.151.363/0057-00 e 081.030.50.9, respectivamente.

OBS: A cada fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda por unidade (**GERÊNCIA**), a qual deverá atestar o recebimento dos materiais e assinar no verso da referida nota.

- 11.3 Os dados contidos na(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá (ão) ser idênticos aos do **CONTRATO** firmado, com valor unitário, quantidade de itens, valor total, descrição etc. Caso contrário a(s) Nota(s) Fiscal(is) não será(ão) aceita(s) pela **CESAN**, sendo esta(s) devolvida(s) à

transportadora/motorista e o(s) material(is) não será(ão) recebida(s) em hipótese alguma nas dependências da **CESAN**.

11.4 Toda(s) a(s) Nota(s) Fiscal(is) que acompanhem o(s) material(is) deverá(ão) ser apresentada(s) nos Postos de Fiscalização das Receitas Estaduais para ser(em) carimbada(s), caso contrário o material não será recebido nas dependências da **CESAN**.

11.5 A **CESAN** enquadra-se como não contribuinte de ICMS na qualidade de consumidor final, devendo ser destacada nas propostas e notas fiscais a alíquota cheia vigente no Estado de origem.

11.5.1 Em caso de alíquota reduzida do ICMS o fornecedor deverá apresentar fundamento legal devendo ser mencionado na(s) Nota(s) Fiscal(is), caso contrário, a mesma ficará retida na Divisão de Contabilidade e Custos aguardando Nota Fiscal complementar.

11.6 Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais as mesmas serão devolvidas à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a **CESAN**.

11.7 O transporte, onde se incluem a carga e descarga, os seguros e demais despesas correlatas, até os locais designados pela **CESAN**, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, sendo todos os pagamentos relativos ao mesmo, por ela efetuados.

11.7.1 Os descarregamentos devem ser feitos por pessoas qualificadas e equipadas, de acordo com exigência legal em razão da natureza do material.

11.8 A **CESAN** poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela **CONTRATADA**, em decorrência de inadimplemento do **CONTRATO**.

11.9 O valor correspondente às notas fiscais vencidas e não pagas pela **CESAN** na forma contratual sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro.

11.10 O pagamento da multa de mora será efetuado pela **CESAN** em sua Tesouraria, contra a apresentação de nota de débito contendo o número do **CONTRATO** e notas fiscais correspondentes.

11.11 O pagamento poderá ser sustado pela **CESAN** nos seguintes casos:

- a) Avaria nos BENS fornecidos, de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- b) descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital/Contrato/Autorização de Fornecimento;
- c) inadimplência de obrigações da **CONTRATADA** para com a **CESAN** por conta do estabelecido no **CONTRATO**;
- d) não entrega dos BENS nas condições estabelecidas no **CONTRATO**;
- e) erros ou vícios nas notas fiscais.

11.12 A critério da **CESAN**, o pagamento das notas fiscais poderá ser antecipado em relação ao cronograma original, observado os critérios estabelecidos na sua Resolução nº 4521, de 19/01/2005.

11.13 Neste caso, a **CONTRATADA** deverá formalizar o pedido através do Termo de Aceitação de Antecipação de Prazo de Pagamento, conforme modelo constante do ANEXO VIII deste Edital, devendo ser individual para cada pagamento.

- 11.14 O pagamento antecipado, uma vez aceito pela **CESAN**, será efetuado no prazo de 2 (dois) dias úteis, condicionado ao desconto no valor da nota fiscal, conforme memória de cálculo constante do ANEXO X.
- 11.15 As demais condições para a antecipação do pagamento encontram-se insertas na Resolução da Diretoria da **CESAN** antes mencionada.
- 11.16.À exceção de determinação judicial, os pagamentos e/ou créditos originários desta licitação serão realizados em nome exclusivo da **CONTRATADA**, ficando estabelecida a inaplicabilidade de sua cessão a terceiros, conforme faculta o Código Civil de 2002 em seu artigo 286 e seguintes.

11 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 12.1 O prazo de vigência do **CONTRATO** será de **425 (quatrocentos e vinte e cinco)** dias, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 12.2 O prazo de entrega será de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, contados da data da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, que ocorrerá após a assinatura do **CONTRATO** e publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 12.3 As entregas serão fracionadas de acordo com as necessidades da **CESAN**, que emitirá as **AUTORIZAÇÕES DE ENTREGA** através da unidade gerenciadora do **CONTRATO**.
- 12.4 O prazo máximo de entrega de cada parcela do material será de **7 (sete) dias corridos**, contados a partir da emissão da **AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA**.
- 12.5 Os materiais deverão ser embalados e entregues pela **CONTRATADA** de acordo com planilha elaborada pela **CESAN**, na qual será indicada a unidade, material e quantidade a ser fornecida.
- 12.6 Entende-se como prazo de entrega o tempo em dias corridos necessários para que os BENS sejam postos nos locais determinados pela **CESAN**, devidamente ensaiados, aceitos e armazenados.
- 12.7 A eventual reprovação dos BENS em qualquer fase de sua entrega não implicará alteração dos prazos, nem eximirá a **CONTRATADA** da aplicação das multas contratuais.
- 12.8 Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério da **CESAN**, mantidas as demais cláusulas do **CONTRATO**, devendo ser justificada por escrito, observados os termos da Resolução 4.663/2006, da Diretoria da **CESAN**.
- 12.10 Feita a entrega pela **CONTRATADA**, a **CESAN** realizará no prazo máximo de 07 (sete) dias os exames necessários para aceitação/aprovação dos materiais, de modo a comprovar que atendem às especificações técnicas estabelecidas no Edital e aceitas pela **CESAN**.
- 12.11 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) material(is) não atende(m) às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a **CESAN** rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a **CONTRATADA** a providenciar a substituição do(s) bem(ns) não aceito(s) no prazo de 05 (cinco) dias.

13. DA INSPEÇÃO DE QUALIDADE

- 13.1 A **CESAN** se reserva o direito de submeter o equipamento a ser fornecido, em decorrência desta licitação, à inspeção de qualidade.

- 13.2 A inspeção poderá ser feita por equipe técnica própria da **CESAN**, ou por técnicos por ela especialmente designados para este fim, tanto nas instalações do fornecedor, quanto no local de destino, a critério da **CESAN**.
- 13.3 Reserva-se a **CESAN** o direito de recusar, no todo ou em parte, o equipamento considerado defeituoso, imprestável, ou que, após inspecionado, não venha acompanhado do laudo de aprovação pelo serviço de Inspeção de Qualidade, ou, ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se o fornecedor a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional para a **CESAN**.
- 13.4 Ocorrendo a rejeição, total ou parcial, do equipamento pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a **CESAN** sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente, bem como poderá cancelar o pedido.
- 13.5 O fornecedor reembolsará a **CESAN** de todas as despesas por esta feitas com inspeções de qualidade que resultarem em recusa do equipamento inspecionado.
- 13.6 O fornecedor reembolsará a **CESAN** das despesas resultantes de não efetivação das inspeções de qualidade que não puderem ser realizadas, por não ter o fornecedor o equipamento disponível nas épocas estabelecidas.
- 13.7 A recusa do equipamento pelo serviço de Inspeção de Qualidade não será motivo para prorrogação dos prazos de entrega, parciais ou totais, fixados no contrato.
- 13.8 O equipamento colocado à disposição do fornecedor por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, danificado ou quebrado durante o transporte, recebidos a mais do que foi contratado, etc.) e que não for apanhado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da **CESAN**, poderá ser devolvido com frete a ser pago pela firma fornecedora ou então ser considerado inservível pela **CESAN**, e, assim, ser inutilizado.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 O valor global o orçamento da **CESAN** consta do processo administrativo.
- 14.2 Nos preços propostos serão considerados inclusos os tributos que incidem sobre o FORNECIMENTO, exceto quando a proponente informar o contrário na sua proposta.
- 14.2.1 Os preços unitários e totais deverão ser contados em reais com apenas 02 (duas) casas decimais. Havendo cotação de preços unitários com mais de duas casas decimais, a **CESAN** procederá ao truncamento dos mesmos, mantendo-se com 02 (duas) casas decimais.
- 14.3 A **CESAN** solicita que nos casos de tributação do IPI, a proponente destaque na proposta, o valor, a alíquota e a classificação fiscal do IPI, para o LOTE.
- 14.4 Igualmente nos casos de revenda, não tributação ou isenção do IPI que a proponente mencione o respectivo fundamento legal.
- 14.5 O IPI deve integrar a base de cálculo do ICMS de acordo com o artigo 155, inciso I da Constituição Federal.
- 14.6 A **CESAN** enquadra-se como não contribuinte de ICMS na qualidade de consumidor final, devendo ser destacada nas propostas e notas fiscais a alíquota cheia vigente no Estado de origem.

- 14.7 A **CESAN** não é contribuinte do ICMS, uma vez que seus serviços não se enquadram em hipótese de Tributação de Mercadorias ou serviços previstos no artigo 155, inciso II da Constituição Federal.
- 14.8 As operações que lhe destinem bens ou serviços devem ser tributados pela alíquota correspondente a operação a consumidor final, de acordo com o artigo 155, inciso VII, letra “b” da Constituição Federal.
- 14.9 No caso em que a empresa deixar de destacar a alíquota do ICMS, a mesma será considerada inclusa no preço unitário.
- 14.10 O **FORNECIMENTO** previsto neste Edital também abrange, entre outros, embalagem, carga, transporte, descarga, seguros, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, imposto sobre produtos industrializados, quaisquer outros tributos de natureza fiscal e parafiscal, nacional ou internacional sendo o **FORNECIMENTO** entendido como armazenado no local designado pela **CESAN**, livre de quaisquer ônus adicionais.
- 14.11 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a **CESAN** revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A **CESAN** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 14.12 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do **CONTRATO**, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 14.13 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.14 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 14.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 14.16 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da **CESAN**, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.17 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 14.18 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 14.19 A participação do licitante nesta licitação implica a plena aceitação, conhecimento e atendimento, por parte da proponente, exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas nos termos deste Edital e seus anexos.

Vitória (ES), 24 de março de 2010

Editais elaborados pela Divisão de Suprimentos / Gerência de Logística, com base nas informações fornecidas pela unidade requisitante.

ANEXOS

- ANEXO I - PLANILHAS DE PREÇOS**
- ANEXO II - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**
- ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**
- ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL**
- ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
- ANEXO VI - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**
- ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO**
- ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- ANEXO IX - PROCURAÇÃO**
- ANEXO X - TERMO DE ACEITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO**
- ANEXO XI - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE FORNECEDORES**

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

DATA / HORA ABERTURA : 09/04/2010 – 09:00 HORAS	CONDIÇÕES PAGAMENTO : 30 DIAS	REAJUSTÁVEL : NÃO
DATA VAL. PROPOSTA : 08/06/2010	TIPO DE JULGAMENTO : MENOR PREÇO POR LOTE	FRETE : CIF
	RESPONSÁVEL : ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	ALÍQUOTA IPI : 0,00

CNPJ PROPONENTE:	RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:	LOTE 01
------------------	-----------------------------	--------------------

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QUANTID.	PREÇO UNITÁRIO
001	58.090.0130	BORRACHA BICOLOR, PARA CORRECAO DE ESCRITA A LAPIS, A TINTA OU DATILOGRAFIA. MARCA: MODELO:	UN	200,00	
002	58.090.0150	CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVAR DOCUMENTOS, MODELO "A", TAMANHO 350 X 250 X 140. MARCA: MODELO:	UN	1.710,00	
003	58.090.0170	CANETA ESFEROGRAFICA - AZUL; ESCRITA MEDIA; CORPO EM PLASTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO; PONTA DE TUNGSTENIO; CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO; CARGA REMOVIVEL NAO ROSQUEADA; TAMPA CONICA VENTILADA E TAMPAO SUPERIOR DE PRESSAO; PROTETOR PLASTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA; TAMANHO COM TAMPA DE APROXIMADAMENTE 15CM; FABRICACAO NACIONAL; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. MARCA: MODELO:	UN	7.450,00	
004	58.090.0180	CANETA ESFEROGRAFICA-VERMELHA; ESCRITA MEDIA; CORPO EM PLASTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO; PONTA DE TUNGSTENIO; CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO; CARGA REMOVIVEL NAO ROSQUEADA; TAMPA CONICA VENTILADA E TAMPAO SUPERIOR DE PRESSAO; PROTETOR PLASTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA; TAMANHO COM TAMPA DE APROXIMADAMENTE 15CM; FABRICACAO NACIONAL; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. MARCA: MODELO:	UN	1.200,00	
005	58.090.0220	CAPA PLASTICA (POLIETILENO) TRANSPARENTE, LISA, COM ESPESSURA 0,40, ABERTURA EM "L". TAMANHO 230 X 350MM. MARCA: MODELO:	UN	2.500,00	
006	58.090.0250	CLIPS COMUM N.6/0 P/PRENDER PAPEIS, EM ACO	CX	800,00	

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	18
--------------	--	-----------

Original devidamente assinado pela autoridade competente

		NIQUELADO OU GALVANIZADO ESPECIAL ACONDICIONADO EM CX C/ 50 UNIDADES. MARCA: MODELO:			
007	58.090.0310	ELASTICO DE BORRACHA NATURAL OU SINTETICA, SEM COSTURA, ACONDICIONADO EM CAIXA OU ENVOLUCRO PLASTICO COM 25GR., N. 18 (2,5 X 84MM). MARCA: MODELO:	CX	300,00	
008	58.090.0340	FITA ADESIVA EM CELULOSE TRANSPARENTE E UNIFORME, LARGURA DE 19MM E COMPRIMENTO DE 50,00M.ACONDICIONADO EM ROLO. MARCA: MODELO:	UN	300,00	
009	58.090.0620	LAPIS PRETO COMUM COM MINA DE GRAFITE PRETO, N. 2, CONSISTENCIA MEDIA, REVESTIMENTO DE MADEIRA, SECAO CIRCULAR OU HEXAGONAL. MARCA: MODELO:	UN	3.000,00	
010	58.090.0800	PASTA SUSPensa EM CARTOLINA MARMORIZADA (340G/M2) COM CABIDE DE PLASTICO E GRAMPO 8 X 1 CM NIQUELADO. MARCA: MODELO:	UN	3.800,00	
011	58.090.0900	PASTA REGISTRADORA TIPO AZ, TAMANHO OFICIO, COM LOMBADA ESTREITA, CAPA EM PAPELao FORRADO. ALAVANCA E PRENDEDOR METALICO NIQUELADO, PROVIDO DE DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO, PARA FIXACAO DOS PAPEIS. MARCA: MODELO:	UN	400,00	
012	58.090.0910	PASTA REGISTRADORA TIPO AZ, TAMANHO OFICIO, COM LOMBADA LARGA, CAPA EM PAPELao FORRADA. ALAVANCA E PRENDEDOR METALICO NIQUELADO, PROVIDO DE DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO PARA FIXACAO DOS PAPEIS. MARCA: MODELO:	UN	1.100,00	

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO II – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

1.DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

1.1.DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2.DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal da sede da Proponente. Relativamente à Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).

Observações:

1-A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

2-As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3-Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2(dois) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta **CESAN**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4-A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 3 acima, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, retomar ao procedimento licitatório, nos termos do art. 25 § 8º do Decreto nº 1527-R/2005 .

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	20
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

1.3.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, material de natureza semelhante ao indicado no ANEXO I do Edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta licitação, a ser cotado pelo licitante.
- b) Catálogo (s) e/ou manual (is) do (s) material (is) ofertado (s).

1.4.DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Publicação do balanço do último exercício anual, já exigível, acompanhado das respectivas demonstrações financeiras, que possibilite a apuração da situação financeira da empresa. Se a empresa não estiver obrigada à publicação, deverá apresentar cópia autenticada do balanço assinado pelo responsável legal e pelo Contador registrado no órgão profissional competente, com indicação do número registro. Quando se tratar de empresa recém formada, que ainda não fechou o primeiro balanço anual, o balanço inicial é o que deve ser apresentado. Caso a proponente tenha optado pelo regime de tributação com base no lucro presumido, previsto no artigo 13, da Lei 8541/92, não mantendo escrituração contábil, deverá anexar cópia da Declaração Simplificada de Rendimento e Informações apresentada à Receita Federal e do Livro de Registro de Inventário relativos ao último exercício social exigível, em substituição ao balanço patrimonial. No caso de microempresa e de empresa de pequeno porte, deverá apresentar dados capazes de oferecer subsídio à avaliação de sua situação financeira.
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório da 2ª Contadoria de Vitória, sito no Edifício Palácio da Justiça, na Comarca de Vitória - ES., quando a sede da empresa estiver localizada em Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana, neste Estado e, pelos Cartórios Distribuidores respectivos, quando a sede da empresa estiver localizada em outros Municípios e Estados

Obs.: O prazo de validade desta Certidão é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

- c) Declaração de atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do **ANEXO V**.

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Os documentos referenciados sob as letras "a" a "d" do subitem 1.1 e "a" do subitem 1.2, poderão ser, a critério da Proponente, substituídos pelo Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores da **CESAN**, devendo a parte declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo à habilitação, conforme modelo ANEXO VII.
- 2 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão constar o CNPJ deste, e se for filial, o CNPJ desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 3- Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Vitória, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.
- 4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 5 - A documentação e proposta deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: Av. Governador Bley, nº 186, 3º andar – Edifício BEMGE - Centro – Vitória – ES. CEP 29.010-150.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS.

CONTRATO Nº _____ / _____
PROCESSO Nº 915-2009-01428
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE
DE SANEAMENTO - CESAN E A
EMPRESA**
_____.

Por este instrumento particular, a **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO**, sociedade de economia mista estadual, sediada na Av. Governador Bley, 186, 3º pavimento, em Vitória-ES, inscrita no CNPJ sob nº 28.151.363/0001-47, doravante designada **CESAN**, neste ato representada por seu Diretor de Administração e de Meio ambiente e o Gerente de Logística, respectivamente, os Srs. **LUIZ FERRAZ MOULIN** e **GENIVALDO COTTA** e a empresa....., com sede inscrita no CNPJ sob o nº, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por.....(qualificação, identidade, CPF e residência), firmam o presente **CONTRATO de FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**, cujo Edital está protocolado na **CESAN** sob o nº 915-2009-01428, aprovado pela Diretoria da **CESAN**, em sua reunião nº de/...../200.., e homologado pelo Conselho de Administração da CESAN, através de Deliberação nº...../200.., de/...../....., sujeitando-se as contratantes à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observando-se, no que couber, as Leis nºs 8.880, de 27/05/94, 9.069, de 29/06/95, 9.648, de 27/05/98 e 10.192, de 14/02/2001.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente **CONTRATO a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**, conforme descrito nas PLANILHAS DE PREÇOS, ANEXO I do Edital, que a este integra.
- 1.2 Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o **FORNECIMENTO** dos BENS ora contratados será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:
- a) Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010 e seus anexos;
b) carta proposta da **CONTRATADA**, de ref....., datada de e seus anexos.

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	22
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

- 2.1 Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO**, provêm de receita própria da **CESAN**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS

- 3.1 A **CESAN** pagará à **CONTRATADA** pelo **FORNECIMENTO** dos BENS constantes do objeto deste **CONTRATO**, o valor seguinte:

LOTE 01: **R\$**.....(.....).

- 3.1.1O **FORNECIMENTO** previsto neste **CONTRATO** também abrange, entre outros, os seguintes encargos:

a)Testes de fabricação dos BENS quando couber, e outras atividades e serviços, de acordo com as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** contidas neste **CONTRATO**;
b)embalagem, carga, transporte, descarga, seguros, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, imposto sobre produtos industrializados, quaisquer outros tributos de natureza fiscal e parafiscal, nacional ou internacional, sendo o **FORNECIMENTO** entendido como armazenado nos locais designados pela **CESAN**, livre de quaisquer ônus adicionais.

- 3.1.2 Fica expressamente estabelecido que o preço acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos decorrentes do **FORNECIMENTO** dos BENS, tais como: Despesas diretas e indiretas, "Know-How", fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas, prestar assistência técnica na Região da Grande Vitória –ES. quando couber, durante a garantia dos BENS, e outros, de acordo com os documentos do Edital de Pregão integrante deste **CONTRATO**.

4. CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1 O prazo de vigência do **CONTRATO** será de **425 (quatrocentos e vinte e cinco) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 4.2 O prazo de entrega será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados da data da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** que ocorrerá após assinatura deste **CONTRATO** e publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 4.3 As entregas serão fracionadas de acordo com as necessidades da **CESAN**, que emitirá as **AUTORIZAÇÕES DE ENTREGA** através da unidade gerenciadora do **CONTRATO**.
- 4.4 O prazo máximo de entrega de cada parcela do material será de **7 (sete) dias corridos**, contados a partir da emissão da **AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA**.
- 4.5 Os materiais deverão ser embalados e entregues pela **CONTRATADA** de acordo com planilha elaborada pela **CESAN**, na qual será indicada a unidade, material e quantidade a ser fornecida.
- 4.6 As demais condições para os PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA são as constantes no Item 12 do Edital, que a este integra.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTOS E PREENCHIMENTO DE NOTAS FISCAIS

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	23
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

- 5.1 As condições para os **PAGAMENTOS** são as constantes no Item 11 do Edital, que a este integra.
- 5.2 A adoção de antecipação de pagamento de notas fiscais deverá ser precedida de celebração do Termo de Aceitação de Antecipação de Prazo de Pagamento constante do modelo ANEXO VIII do Edital que a este integra.

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 As sanções administrativas decorrentes de inadimplência das obrigações contratuais, encontram-se disciplinadas na legislação que rege esta contratação. Tais sanções também se aplicam aos contratados que falharem ou fraudarem a execução da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 6.2 As sanções serão aquelas estabelecidas no subitem 9.1 do Edital, e que se refiram à fase contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CESAN

- 7.1 Prestar à **CONTRATADA** todas as informações julgadas necessárias quando solicitadas.
- 7.2 Providenciar as inspeções do **FORNECIMENTO**, com vistas ao cumprimento dos prazos pela **CONTRATADA**.
- 7.3 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma estabelecida na cláusula quinta deste instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Fornecer os BENS à **CESAN**, em rigorosa obediência às especificações técnicas, aos itens e subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas contidas neste **CONTRATO** e seus anexos, bem ainda às especificações e instruções fornecidas pela **CESAN**.
- 8.2 Não promover nenhuma alteração do **FORNECIMENTO** ou especificações de quaisquer BENS, sem a prévia aprovação, por escrito, da **CESAN**.
- 8.3 Responder, entre outros, por todos os encargos referentes ao uso na fabricação dos BENS, de marcas e patentes sujeitas a "royalties" ou encargos semelhantes, usadas por ela para atendimento ao **FORNECIMENTO** ora contratado.
- 8.4 Responsabilizar-se, unicamente, pelo **FORNECIMENTO** dos BENS objeto deste **CONTRATO**, respondendo pela qualidade dos mesmos e o cumprimento dos prazos.
- 8.5 Responsabilizar-se por quaisquer reparações, consertos, alterações, substituições e reposições de todo e qualquer BEM que apresente defeito de fabricação, dentro do período de garantia constante de sua proposta.
- 8.6 Entregar os BENS, de acordo com planilha elaborada pela **CESAN**, na qual será indicada a unidade, material e quantidade a ser fornecida, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas correlatas, sendo todos os pagamentos relativos aos mesmos, por ela efetuado.
- 8.7 Executar, à suas expensas, todos os testes indicados nas normas pertinentes aos BENS fornecidos.
- 8.8 Reserva-se à **CESAN** o direito de recusar o que estiver em desacordo com o especificado nos Anexos do edital, obrigando-se a **CONTRATADA** a promover a sua substituição desde

que a reclamação seja manifestada pela **CESAN** no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento dos materiais.

8.9 A **CONTRATADA** obriga-se, ainda a:

- a) Prestar, quando solicitado pela **CESAN**, supervisão do **MATERIAL** fornecido;
- b) responder, na forma da lei, por perdas e danos eventualmente causados à **CESAN** ou a terceiros.
- c) prestar assistência técnica na Região da Grande Vitória - ES, durante a garantia do BEM.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

- 9.1 A **CESAN** exercerá a Fiscalização geral do **FORNECIMENTO** objeto do presente **CONTRATO**, através da **DIVISÃO DE SUPRIMENTOS (A-DSU)**.
- 9.2 Fica a **CONTRATADA** obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização dos BENS, facultando o livre acesso às suas fábricas, depósitos e instalações, bem ainda a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da **CESAN**.
- 9.3 A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos BENS.
- 9.4 Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste **CONTRATO**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

- 10.1 Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita, comprovadamente, nos preços do BEM, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS BENS

11.1 EMBALAGEM E TRANSPORTE

- 11.1.1 As dimensões e tipos dos volumes deverão atender às regulamentações de transportes pesados, rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos.
- 11.1.2 A **CONTRATADA** deverá entregar à **CESAN**, em um original e 02 (duas) cópias, os documentos e todas as listas de embarque relativas a cada remessa do BEM, após despacho dos mesmos, quando aplicável.
- 11.1.3 As embalagens devem ser suficientes para proteger o conteúdo de danos durante o transporte do ponto de fabricação até o local do recebimento, observadas as Recomendações Técnicas constantes do ANEXO do Edital.
- 11.1.4 A **CONTRATADA** deverá seguir as instruções fornecidas pela Fiscalização, a respeito da codificação, marcação e identificação dos volumes.
- 11.1.5 Caso o **MATERIAL** incluído no **FORNECIMENTO** objeto do **CONTRATO** sofra acidentes durante o transporte, a **CONTRATADA** se obriga a proceder, à sua expensas e dentro do prazo mais curto possível, a substituição do BEM perdido ou destruído, assumindo toda a responsabilidade pelos danos decorrentes do acidente, notadamente em relação ao meio ambiente e terceiros.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

- 12.1 Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador do **FORNECIMENTO** ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a **CESAN** e a **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

- 13.1 Este **CONTRATO** poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO

- 14.1 Os preços serão irrealizáveis pelo período de um ano admitindo-se, entretanto, o reajustamento em período inferior mediante autorização legislativa pertinente.
- 14.2 Na oportunidade, serão utilizados para efeito de reajustamento, os índices compatíveis com o objeto contratado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = VF \left(\frac{I1 - I0}{I0} \right)$$

Sendo:

R= Valor do reajustamento procurado.

Vf= Valor da nota fiscal a P0.

I1= Índice da coluna 02 (disponibilidade interna da FGV) correspondente ao mês da concessão do reajustamento.

I0 = Índice da coluna 02 (disponibilidade interna da FGV) correspondente ao mês da proposta

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

- 15.1 Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES,

LUIZ FERRAZ MOULIN

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DE MEIO AMBIENTE DA
CESAN
CPF Nº 252.347.737-87

GENIVALDO COTTA

GERENTE DE LOGÍSTICA DA CESAN
CPF Nº 707.851.637-00

REPRESENTANTE LEGAL CONTRATADA
CPF Nº

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	26
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

TESTEMUNHAS

1ª

2ª

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO IV – CARTA RESUMO DA PROPOSTA

Empresa: (Nome da Empresa) _____
Local, Data

À

CESAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN

Pela presente submetemos à apreciação de V.S^{as}, a nossa Proposta relativa à **PREGÃO PRESENCIAL** em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar todas as condições prescritas no Edital da referida **PREGÃO PRESENCIAL**.

Nosso(s) preço(s) é(são) o(s) que segue(m): (preencher de acordo com o LOTE que está sendo cotado)

LOTE

R\$..... (.....);

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

Os pagamentos serão realizados em 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento e aprovação dos **BENS** pela **CESAN**.

O prazo de entrega dos **BENS** é de(.....), contados a partir da data da emissão da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** que ocorrerá após a assinatura do **CONTRATO** e publicação de seu extrato na imprensa oficial.

(OBS.: Preencher de acordo com o LOTE que está sendo cotado.)

Informamos que, se vencedor(es), desta licitação e convocados a firmarmos o respectivo **CONTRATO**, deverá assiná-lo o nosso representante legal, nos termos do que dispõem os atos constitutivos desta empresa o(s) Senhor(es).....(qualificação, identidade, CPF e endereço residencial).

Atenciosamente,

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE
NOME DA PROPONENTE

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO
XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes (.....).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Representante legal da empresa Proponente

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO VI - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE ACORDO COM O
QUE DISPÕEM OS ATOS CONSTITUTIVOS DA PROPONENTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

NOME

N.º DE IDENTIDADE

ÓRGÃO EMISSOR:.....

CPF:.....

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA

.....

.....

Vitória, ____ de _____ de ____.

Assinatura e Carimbo

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO**

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
AV. GOVERNADOR BLEY, 186, 3º ANDAR - EDIFÍCIO BEMGE.
CEP. 29.010-150 – VITÓRIA – ES.**

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010 - CESAN

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS
A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**

Em atendimento à determinação do Edital acima referenciado, em seu nº 1 de Observação do item 1 do **ANEXO II**, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação de nossa empresa para apresentar proposta no Pregão em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal da empresa

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	31
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
AV. GOVERNADOR BLEY, 186, 3º ANDAR - EDIFÍCIO BEMGE.
CEP. 29.010-150 – VITÓRIA – ES.**

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010 - CESAN

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DESENHO/PAPELARIA, DESTINADOS
A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, PARA USO DAS UNIDADES DA CESAN**

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções previstas neste ato convocatório, que a empresa(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº..... é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório acima referenciado, realizado pela **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO – CESAN**.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal da empresa.



COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
AV. GOVERNADOR BLEY, 186, 3º ANDAR - EDIFÍCIO BEMGE.
CEP. 29.010-150 – VITÓRIA – ES.

Vitória – ES, de de

Obs: Anexar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social e da última alteração Estatutária ou Contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e obrigações em nome da empresa.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

ANEXO X – TERMO DE ACEITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO

DADOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº _____ VIGÊNCIA: ____/____/____ A ____/____/____

OBJETO: _____

CONDIÇÕES ORIGINAIS DE PAGAMENTO: _____

REPRESENTANTE LEGAL NO INSTRUMENTO: _____

DADOS DO TÍTULO A ALTERAR O PRAZO DE PAGAMENTO

Nº N. FISCAL: _____ EMISSÃO: ____/____/____ VALOR DE FACE: R\$ _____

DATA PROGRAMADA PGTO: ____/____/____ VLR LÍQUIDO PAGTO: R\$ _____

ALTERAÇÃO A SER PROCEDIDA

NOVA DATA DE PAGTO: ____/____/____ Nº DE DIAS ANTECIPADOS: ____ (____)

VALOR A SER PAGO: R\$ _____ (____)

MEMÓRIA DE CÁLCULO: $d = N \times (i/30) \times n$

$N = R\$$ _____ $i =$ _____ % $n =$ _____ dias $d = R\$$ _____

Pelo presente Termo, por um lado a CESAN, representada por seu Gerente Financeiro e Contábil/Divisão de Finanças da CESAN e por outro a Contratada _____

representada pelo Sr. _____, na qualidade de _____ tem entre si ajustada a ALTERAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO do título acima identificado, ficando acordado que para os demais títulos permanecem as condições de pagamento pactuadas no Contrato original, atendendo o presente, quando necessário a formalidade legal de Termo Aditivo.

Com o recebimento do valor apurado, a Contratada dá quitação geral e irrestrita ao título acima identificado.

Vitória, ____ de _____ de 20____.

Representante da CESAN

Representante Legal da CONTRATADA

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

ANEXO XI

**GT/FE/Número / versão / ano
ADM/LC/024/01/06
Data de aprovação
Doc. de aprovação****Avaliação de Desempenho de
Fornecedores de Materiais e
Equipamentos****OBJETIVO**

Estabelecer critérios e procedimentos visando verificar o desempenho de fornecedores de materiais e equipamentos, com base nos requisitos de pontualidade, conformidade e desempenho operacional, objetivando minimizar o número de não conformidades junto a CESAN.

CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todos os contratos de fornecimento de materiais e equipamentos celebrados pela CESAN.

RESPONSABILIDADES**DA GERÊNCIA DE LOGÍSTICA**

Fiscalizar, cumprir e atualizar esta Norma;
Orientar os procedimentos necessários para aplicação desta Norma;
Registrar no Sistema de Recursos Físicos - RECFIS as informações relativas aos processos de aquisição, contratação e parâmetros desta Norma;
Divulgar aos Fornecedores o objeto desta Norma e;
Adotar ações junto aos Fornecedores em função do resultado da avaliação de desempenho.

DEFINIÇÕES**MATERIAIS ESTRATÉGICOS**

Consideram-se materiais estratégicos, os materiais críticos cuja falta impacta a operacionalização dos serviços prestados pela CESAN, conforme definido na Norma Interna ADM/AE/035/01/06 da Gerência de Logística - Matriz de Classificação de Materiais.

MATERIAIS GERAIS

Consideram-se materiais gerais, todos os demais itens de materiais não pertencentes ao grupo dos estratégicos, conforme definido no Anexo I da Matriz de Classificação de Materiais.

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES – ASE

Componente do Sistema de Recursos Físicos - RECFIS, responsável pela administração dos estoques da CESAN.

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE LICITAÇÃO – ASL

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	35
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

Componente do Sistema de Recursos Físicos - RECFIS, responsável pela administração de compras da CESAN.

ÍNDICE DE PONTUALIDADE – IPO

Indicador que expressa o desempenho do Fornecedor no cumprimento dos prazos de entregas contratuais.

ÍNDICE DE CONFORMIDADE – ICO

Indicador que expressa a adequação do produto entregue a CESAN de acordo com a especificação estabelecida contratualmente.

ÍNDICE DE DESEMPENHO OPERACIONAL - IDO

Indicador que expressa o desempenho operacional do produto fornecido a CESAN quando da sua utilização.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR – IDF

Indicador de desempenho do Fornecedor apurado, levando-se em consideração os requisitos de Pontualidade, Conformidade, Desempenho Operacional e Flexibilidade.

ORDEM DE FORNECIMENTO - OFOR E CONTRATO – CT

Documentos contratuais elaborados pela CESAN.

AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA – AE

Documento emitido pelo sistema ASE que autoriza o Fornecedor a entregar parte/parcelas de um material ou equipamento, de acordo com as cláusulas contratuais, quando se tratar de contratos com entregas fracionadas.

ÍNDICE DE FALTA – IF

Indicador da importância que se reveste o material ou equipamento, em relação às conseqüências que sua falta pode provocar para a manutenção e operação. Este índice será utilizado na apuração do índice de conformidade.

CATEGORIA

Classificação do Fornecedor em função do índice de desempenho apurado.

FORNECEDOR

Toda pessoa física ou jurídica com interesse e em condições de atender a CESAN no fornecimento de materiais e equipamentos.

BASE DE DADOS PARA AVALIAÇÃO DOS FORNECEDORES

Os dados necessários à avaliação do desempenho do fornecedor encontram-se disponíveis no Sistema de Recursos Físicos - RECFIS, subsistemas ASE e ASL, a partir das informações originárias dos registros dos documentos contratuais e dos dados referentes ao gerenciamento dos mesmos.

REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho deve demonstrar o resultado relativo à capacidade do Fornecedor em cumprir os requisitos definidos e ponderados, quanto à Pontualidade, Conformidade e Desempenho Operacional, conforme segue:

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	36
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

Tabela 1: Requisitos para Avaliação

REQUISITO	MATERIAIS ESTRATÉGICOS (P1)	MATERIAIS GERAIS (P2)
PONTUALIDADE	0,35	0,40
CONFORMIDADE	0,35	0,35
DESEMPENHO OPERACIONAL	0,30	0,25
TOTAL	1,00	1,00

ÍNDICE DE PONTUALIDADE – IPO

$$\text{IPO} = [(\text{ITENS ENTREGUES} - \text{ITENS EM ATRASO}) / (\text{ITENS ENTREGUES}) * 100]$$

ENTREGA CIF

Dias de Antecipação = Data prevista na **OFOR, CT** ou **AE** - Data da entrega na CESAN.

Dias de Atraso = Data da entrega na CESAN - Data prevista na **OFOR, CT** ou **AE**.

ENTREGA FOB

Dias de Antecipação = Data prevista na **OFOR, CT** ou **AE** - Data da emissão da **NF**.

Dias de Atraso = Data da emissão da **NF** - Data prevista na **OFOR, CT** ou **AE**.

O termo AE – Autorização de Entrega, somente será utilizado no caso de contratos com entregas fracionadas.

Os dias de antecipação ou atraso apurados, de acordo com as letras “a” e “b” devem ser comparados com os dados constantes nas **Tabelas 2 e 3** e seus respectivos percentuais aplicados como pesos na fórmula do **IDF**, conforme item 7 desta Norma.

Tabela 2: Ponderações nas Antecipações

DIAS DE ANTECIPAÇÃO	%
0 A 15	100
16 A 20	80
>20	40

Tabela 3: Ponderações nos Atrasos

5 DIAS DE ATRASO	%
0 A 10	100
11 A 15	90
16 A 20	70
>20	0

ÍNDICE DE CONFORMIDADE – ICO

$$\text{ICO} = [(\text{Quantidade de vezes recebida} - \text{Quantidade de vezes devolvida}) / (\text{Quantidade de vezes recebida})] * 100 * P3$$

Só será aplicado o valor de *P3* da **Tabela 4**, nesta fórmula, se ocorrer devolução do material recebido.

Tabela 4: Ponderação do ICO, segundo IF do Material

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	37
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

ÍNDICE DE FALTA	PESO (P3)
IF 1	0,75
IF 2	0,85
IF 3	0,95

Observações:

Quando se tratar de material estratégico, o IF a ser utilizado será sempre o de peso 0,75 (IF1).

Quando se tratar de materiais gerais, o IF a ser utilizado dependerá da importância do material. Para os mais importantes, será utilizado o de peso 0,85 (IF2) e para os menos importantes será utilizado o de peso 0,95 (IF3).

ÍNDICE DE DESEMPENHO OPERACIONAL – IDO

Pode variar de 0 a 100%, dependendo da intervenção direta do usuário final do material para seu registro.

Não havendo nenhum registro, o Sistema RECFIS assume IDO = 100%.

Não será considerado, para efeito de avaliação de desempenho operacional, o material/equipamento que estiver dentro do período de garantia. Caso o fornecedor não atenda a garantia dentro das condições preestabelecidas em contrato, o desempenho operacional será considerado insuficiente.

Constatado o desempenho operacional insuficiente de um determinado item de material pela Unidade Usuária, a mesma deve identificar a marca e o modelo e encaminhar a ocorrência à Divisão de Armazenamento e Estoque para inclusão da informação e do valor do IDO a ser atribuído ao Fornecedor no Sistema, bem como as demais providências e diligências que se fizerem necessárias junto ao Fornecedor do material ou equipamento.

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR – IDF

Para calcular o IDF, aplica-se o peso indicado na Tabela 1 aos índices apurados para os requisitos de Pontualidade, Conformidade e Desempenho Operacional.

MATERIAIS ESTRATÉGICOS

Utilizar o peso (P1) referente à *tabela 1*.

$$IDF = (IPO * 0,35) + (ICO * 0,35) + (IDO * 0,30)$$

MATERIAIS GERAIS

Utilizar o peso (P2) referente à *tabela 1*.

$$IDF = (IPO * 0,40) + (ICO * 0,35) + (IDO * 0,25)$$

CATEGORIA DO FORNECEDOR

Tabela 5: Determinação da Categoria do Fornecedor segundo o IDF apurado

IDF	CATEGORIA
95 a 100	A - Excelente
80 a 94	B - Bom
50 a 79	C - Satisfatório
0 a 49	D - Insatisfatório

PPR 004/2010	ELABORADO POR: ANDERSON DE ASSIS BARBOSA	38
--------------	--	----

Original devidamente assinado pela autoridade competente

AVALIAÇÕES

As avaliações serão realizadas para os contratos com entregas fixas e entregas fracionadas conforme **Tabela 6**.

Tabela 6: Frequência das Avaliações

PERÍODO CONTRATUAL	Nº DE AVALIAÇÕES
ATÉ 180 DIAS	01
181 A 360 DIAS	02
> 360 DIAS	03

Para os contratos com entregas fracionadas, a avaliação final do Fornecedor será feita com base na média das avaliações de cada autorização de entrega.

A performance acumulada do Fornecedor será calculada, automaticamente, pelas médias das avaliações registradas no Sistema por contrato de fornecimento.

Os Fornecedores serão informados quanto ao resultado de suas avaliações após a apuração.

Os resultados das avaliações de fornecimento, por contrato, farão parte do cadastro de fornecedores da CESAN.

PENALIDADES

As penalidades para os Fornecedores com avaliações insuficientes serão aplicadas pela Unidade de Cadastro, nos moldes definidos no Regulamento de Licitação e Contratação da CESAN.

DISPOSIÇÕES FINAIS.

Os casos omissos nesta Norma serão resolvidos a critério da Diretoria de Administração e Finanças.